U.PORTO

MESTRADO EM PSICOLOGIA
PSICOLOGIA

Relações românticas contemporâneas: Um estudo qualitativo com pessoas jovens adultas em Portugal

Ana Beatriz Magalhães Nunes

M

2026

Universidade do Porto

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

RELAÇÕES ROMÂNTICAS CONTEMPORÂNEAS: UM ESTUDO QUALITATIVO COM PESSOAS JOVENS ADULTAS EM PORTUGAL

Ana Beatriz Magalhães Nunes

Outubro 2026

Dissertação apresentada no Mestrado em Psicologia, área de Psicologia Clínica e da Saúde, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, orientada pela Professora Doutora Cidália Duarte (FPCEUP).

AVISOS LEGAIS

O conteúdo desta dissertação reflete as perspetivas, o trabalho e as interpretações da autora no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto concetuais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela.

Ao entregar esta dissertação, a autora declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. A autora declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

Sem prejuízo do disposto anteriormente, a autora declara que recorreu a ferramentas de Inteligência Artificial durante o processo de elaboração deste trabalho. Em particular, recorreu ao Claude e ao ChatGPT para apoio à revisão da escrita e à organização textual, bem como ao NotebookLM para apoio à síntese da literatura científica previamente selecionada pela autora. O recurso a estas ferramentas limitou-se aos usos descritos, mantendo-se as ideias, a análise, a interpretação dos resultados, a elaboração científica e a redação inicial da Dissertação integralmente da responsabilidade da autora.

Agradecimentos

Às pessoas participantes, que se disponibilizaram a partilhar e refletir sobre as suas ideias, experiências e emoções. Há neste trabalho uma parte do muito especial de todas vós.

À Professora Doutora Cidália Duarte, que desde o primeiro dia me cativou com a sua arte em acompanhar sem definir caminho. Obrigada pelo desafio a par do apoio, pela compreensão em vez do juízo e pela sinceridade, sempre.

À Doutora Ana Cristina Rocha, que a partir do seu conhecimento sobre as pessoas e experiências humanas me levou a refletir mais e melhor sobre as minhas escolhas e opções, sem pedir nada em troca. É louvável o seu serviço à Psicologia e ao outro.

À minha linda e grande família, presente a cada passo, mesmo quando não tem paradeiro certo ou me aproxima de um obstáculo maior. Obrigada por me chamarem a conviver e a amar, permitindo-me esquecer o trabalho por longos momentos.

À Rita, que acompanhou todo o meu percurso académico e, muitas vezes, o tornou mais leve e divertido. Que foi e é verdadeiramente uma amiga e me compreende sem precisar de explicações. Guardo contigo muitas memórias no meu coração e a certeza de que te quero sempre na minha vida.

À Mi, à Carlota, à Rafa e à Mós, que me deram colinho ilimitado, com uma paciência que é de amor. Obrigada por tudo o que me ensinaram e por todas as vezes em que foram casa quando eu estava mais longe da minha.

À Mimi, que surgiu como uma surpresa. Agradeço o teu pelo macio, as tuas demonstrações de afeto e os sorrisos gratuitos que me deste com traquinices inesgotáveis.

Ao meu par romântico e ao nosso amor imperfeito, que me inspira e faz crescer todos os dias. Obrigada por teres acreditado sempre que eu seria capaz e por me lembrares disso quando teimo em desconfiar.

Às minhas irmãs, Flávia e Joana, que tenho como exemplos. Obrigada pelas vossas personalidades viciantes, pelo tempo de qualidade sempre garantido e pelo amor incondicional.

A ti, Mãe, que me ensinaste que nada nas relações é linear e que devemos pôr quanto somos naquilo que fazemos. Devo-te os meus valores humanos, um obrigada é pouco.

A ti, Pai, um agradecimento especial, porque contribuiste em tudo neste caminho e, infelizmente, partiste cedo demais. Amo-te eternamente.

O meu romance é a história do coração humano.

Camilo Castelo Branco

Resumo

As relações românticas constituem experiências cujos significados e formas de organização são construídos nos contextos históricos, sociais e culturais em que são vividas. Apesar do crescente interesse pelas relações românticas na adultez emergente, permanece menos explorada, particularmente no contexto português, a perspetiva das próprias pessoas jovens sobre as relações contemporâneas. Este estudo procurou compreender os significados que as pessoas jovens adultas atribuem a estas relações, às transformações que as atravessam e às tensões que delas decorrem. Adotou-se uma metodologia qualitativa, tendo sido realizados dois grupos de discussão focalizada com 15 pessoas, entre os 19 e os 29 anos, e analisados os dados através da Análise Temática Reflexiva. Foram construídos três temas – *Ter a liberdade e o medo de a perder*, *A centralidade do eu na construção romântica* e *A renormalização da violência a que se assiste ou resiste* – que mostram a liberdade enquanto possibilidade socialmente conquistada, mas relacionalmente negociada e vulnerável; a crescente centralidade do eu, dos seus valores, necessidades e projetos na construção e avaliação das relações; e a coexistência de uma maior pluralização e reconhecimento de diferentes experiências relacionais com a persistência e renormalização de normas, desigualdades e formas de violência. Os resultados mostram que os significados são construídos de forma relacional, negociada, comparativa e situada. O estudo reforça a importância de uma Psicologia atenta à pluralidade e contextualidade das relações românticas contemporâneas, articulando os significados atribuídos pelas próprias pessoas com o conhecimento acerca das condições e dinâmicas relevantes para a saúde e o bem-estar relacional.

Palavras-chave: relações românticas; adultez emergente; significados; análise temática reflexiva; grupos de discussão focalizada

Abstract

Romantic relationships are experiences whose meanings and forms of organization are constructed within the historical, social, and cultural contexts in which they are lived. Despite growing interest in romantic relationships during emerging adulthood, young people's own perspectives on contemporary relationships remain less explored, particularly in the Portuguese context. This study sought to understand the meanings young adults attribute to these relationships, the transformations they are undergoing, and the tensions arising from them. A qualitative methodology was adopted, with two focus groups conducted with 15 participants aged 19 to 29, and the data were analyzed using Reflexive Thematic Analysis. Three themes were developed: *Having freedom and fearing its loss*, *The centrality of the self in constructing romantic relationships*, and *The renormalization of violence: witnessing or resisting*. These themes highlight freedom as a socially achieved yet relationally negotiated and vulnerable possibility; the growing centrality of the *self*, its values, needs, and life projects, in constructing and evaluating relationships; and the coexistence of greater pluralization and recognition of diverse relational experiences with the persistence and renormalization of norms, inequalities, and forms of violence. The findings show that meanings are constructed in relational, negotiated, comparative, and situated ways. The study reinforces the importance of a psychological approach attentive to the plurality and contextual nature of contemporary romantic relationships, articulating the meanings attributed by individuals themselves with knowledge about the conditions and dynamics relevant to relational health and well-being.

Keywords: romantic relationships; emerging adulthood; meanings; reflexive thematic analysis; focus groups

Índice

Enquadramento teórico 1
Enquadramento metodológico 5
Desenho de investigação 5
Recolha de dados 5
Método 5
Instrumentos 5
Participantes 6
Procedimento 7
Análise de dados 8
Apresentação e discussão de resultados 9
1 – Ter a liberdade e o medo de a perder 9
2 – A centralidade do eu na construção romântica 13
3 – A renormalização da violência a que se assiste ou resiste 17
Síntese integrativa 21
Limitações do estudo 23
Implicações do estudo e reflexões finais 25
Referências 28
Apêndices 34
Apêndice A 34
Apêndice B 35
Apêndice C 37
Apêndice D 39
Apêndice E 40

Enquadramento teórico

De acordo com uma perspetiva construcionista social, os significados atribuídos às experiências humanas são construídos e transformados nos contextos históricos, sociais e culturais em que estas são vividas (DeLamater & Hyde, 1998). As relações românticas podem, assim, ser compreendidas não como uma realidade estática, mas como formas de vínculo cujos significados, expectativas e modos de organização variam entre contextos socioculturais e ao longo do tempo (Karandashev, 2017). Embora frequentemente associados, amor romântico e relações românticas não são equivalentes. O amor romântico corresponde a uma experiência afetiva complexa, cujos significados e formas de expressão variam entre culturas e períodos históricos (Beall & Sternberg, 1995; Karandashev, 2015); as relações românticas constituem vínculos afetivo-relacionais voluntários, contínuos e mutuamente reconhecidos, geralmente marcados por afeto e intimidade, podendo também envolver comportamentos sexuais (Collins et al., 2009). No presente estudo, esta definição não exclui nenhuma orientação sexual ou identidade de género, nem implica coabitação, casamento, exclusividade ou duração específica.

A variabilidade relacional torna-se particularmente evidente quando consideradas as transformações históricas da conjugalidade. Em diferentes contextos europeus, o casamento foi durante longos períodos organizado em torno de interesses familiares, económicos e sociais (Duby, 1988/2011), tendo o amor romântico assumido progressivamente maior importância na legitimação da escolha conjugal (Moreno Marimón & Sastre Vilarrasa, 2010). As relações heterossexuais foram também sendo estruturadas por papéis de género assimétricos, que atribuíram posições e responsabilidades diferenciadas a mulheres e homens na vida conjugal e familiar (Moreno Marimón & Sastre Vilarrasa, 2010). Ao longo do século XX, a expansão da escolarização, a crescente participação das mulheres no trabalho remunerado e outras transformações sociais, políticas e culturais contribuíram para ampliar a autonomia das mulheres e para tornar mais visíveis as relações de poder na intimidade (Aboim, 2006; Oláh et al., 2018; Wall & Amâncio, 2007). Estas transformações não eliminaram, contudo, desigualdades de género, nem ideais de complementaridade, dependência e entrega total associados ao amor romântico (Moreno Marimón & Sastre Vilarrasa, 2010).

A transformação dos modelos relacionais envolveu também mudanças na definição social daquilo que podia ser reconhecido como uma relação legítima. Orientações sexuais e identidades de género afastadas das normas cisheteronormativas dominantes foram, ao longo do tempo, estigmatizadas e patologizadas também no campo científico, deixando a

homossexualidade *per se* de ser classificada como perturbação no *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* apenas em 1973 e na *International Classification of Diseases* em 1990 (Drescher, 2015; Robles et al., 2021). Em Portugal, o reconhecimento jurídico de diferentes formas de relação e identidade foi ampliado nas últimas décadas, nomeadamente através da legislação do casamento entre pessoas do mesmo sexo (Lei n.º 9/2010, 2010) e da consagração do direito à autodeterminação da identidade de género (Lei n.º 38/2018, 2018). Os percursos relacionais não se imbuem, assim, apenas de escolhas e sentimentos individuais, mas também das possibilidades socialmente reconhecidas como válidas na construção romântica.

Durante a adultez emergente, esses percursos relacionais assumem particular relevância. Segundo Arnett (2004, 2016), este período, geralmente situado entre os 18 e os 29 anos, caracteriza-se por movimentos de exploração identitária e de possibilidades no amor, na sexualidade e nos projetos de vida, maior orientação para o *self* e alguma instabilidade. A intimidade constitui igualmente uma dimensão importante nesta fase do desenvolvimento psicossocial (Erikson, 1968, 1982). Tal não implica, contudo, considerar o estabelecimento de uma relação romântica ou a construção de uma parceria de longo prazo como percursos obrigatórios. As experiências relacionais podem ser heterogéneas e depender de variáveis e decisões individuais, mas também de condições sociais, culturais e económicas (Arnett, 2016). No contexto português, esta fase é ainda marcada pela permanência prolongada na casa da família de origem (Eurostat, 2026), pela importância das redes familiares, pela precariedade laboral e por dificuldades de autonomização económica, fatores que condicionam os projetos de vida e as formas de gerir a autonomia (Saraiva & Matos, 2016).

Num contexto de crescente pluralização dos percursos de vida, a literatura sobre relações românticas contemporâneas identifica uma transformação mais macrossistémica: a transição de relações fortemente reguladas por normas institucionais para relações cuja construção, manutenção e eventual término do vínculo dependem mais diretamente das próprias pessoas. Beck e Beck-Gernsheim (1990/1995) associam este processo à individualização, que amplia possibilidades de escolha, mas transfere para as pessoas maior responsabilidade pela organização da sua vida. A relação romântica pode assumir, assim, um lugar importante enquanto espaço de procura de segurança e realização pessoal, sem deixar de ser atravessada por incerteza e risco. Bauman (2003/2004) evidencia esta ambivalência ao descrever os vínculos contemporâneos como marcados pela fluidez, insegurança e reversibilidade. O desejo de proximidade, pertença e segurança coexiste, assim, com a valorização da liberdade e o receio da dependência ou perda de autonomia.

A individualização não significa, contudo, que as relações tenham deixado de assentar em normas ou expectativas. A escolha de parceria romântica e a avaliação das relações, também influenciadas por critérios de atratividade, compatibilidade ou estatuto, podem aproximar-se de lógicas de comparação e avaliação características do mercado capitalista (Illouz, 2012). No entanto, estas tendências coexistem com a procura de reciprocidade, respeito, carinho, segurança emocional e relações mais simétricas: Moreno Marimón e Sastre Vilarrasa (2010) identificaram, entre pessoas jovens adultas, a persistência de ideais de complementaridade e sacrifício a par da valorização da partilha de decisões, responsabilidades e limites pessoais. Em Portugal, Aboim (2006) problematiza a oposição entre individualização e desejo de fusão afetiva, evidenciando formas plurais de construir autonomia e intimidade na conjugalidade.

As tecnologias digitais intensificaram estas possibilidades de mudança. A *internet* e as redes sociais produziram alterações nas formas de conhecer pessoas, iniciar e manter relações, comunicar e gerir ruturas, ampliando as oportunidades de contacto e interação (Kwok & Wescott, 2020). Paralelamente, podem também favorecer uma maior exposição, pressão para a conetividade permanente, perda de privacidade e práticas de monitorização ou controlo (Mohd Kamal & Wan Afandi, 2023; Munshi et al., 2024). Os *media* e as tecnologias digitais participam, ainda, na construção de expectativas sobre género, sexualidade e compromisso (Simões et al., 2023), podendo reproduzir normas e representações nesses domínios (Amaral et al., 2022) e perpetuar assimetrias de género (Cerqueira & Magalhães, 2017).

Assiste-se, ainda, à diversificação dos percursos e configurações relacionais. Além do namoro e do casamento, coexistem experiências de vida solteira e relações com diferentes níveis de exclusividade, compromisso e duração (Šutić et al., 2022; Tillman et al., 2019), que podem associar-se a diferentes necessidades, expectativas e formas de investimento na vida afetiva e sexual (Mengzhen et al., 2024; Šutić et al., 2022). Contudo, o significado e impacto no bem-estar da ausência de uma relação romântica parecem depender também da importância atribuída ao envolvimento romântico e dos objetivos relacionais (Watkins et al., 2024).

A investigação realizada em Portugal corrobora, mas também complexifica algumas destas transformações. A valorização da realização pessoal e da igualdade tem acompanhado alterações nas formas de organizar a conjugalidade, embora persistam assimetrias na divisão do trabalho doméstico e na autonomia pessoal (Aboim, 2006; Aboim & Wall, 2002; Wall & Amâncio, 2007). Entre pessoas jovens, a maior abertura a diferentes *scripts* sexuais e experiências relacionais coexiste com a persistência de normas de género e de repertórios mais tradicionais sobre o amor e as relações (Alvarez et al., 2023; Dias et al., 2014; Luz et al., 2023). O casamento e a constituição de família continuam a integrar os projetos de futuro das pessoas

jovens, embora tendam a ocorrer mais tarde (Ferreira & Costa-Ramalho, 2021; Fonseca et al., 2019; Instituto Nacional de Estatística, 2024).

A valorização da autonomia e da diversidade não significa, contudo, que todas as formas de relação sejam igualmente seguras ou reconhecidas. Embora estar numa relação romântica se possa associar a melhores indicadores de bem-estar (Alves et al., 2020), a intimidade, o apoio, o respeito e a qualidade percebida nas relações parecem igualmente relevantes (Czyżowska et al., 2020). Contudo, a existência ou o estatuto de uma relação não permitem, por si só, inferir a sua qualidade ou o seu impacto no bem-estar: relações de baixa qualidade, marcadas por conflito, coerção, controlo ou violência, podem comprometer o bem-estar (Fan, 2025; Ragavan et al., 2025). Em Portugal, estudos e dados recentes têm evidenciado a persistência de comportamentos de violência e controlo no namoro, bem como a necessidade de intervenções que ultrapassem a sensibilização pontual e questionem as normas sociais que sustentam estas práticas (Cerejo et al., 2025; Neves & Correia, 2024; União de Mulheres Alternativa e Resposta [UMAR], 2025).

No seu conjunto, a literatura consultada aponta para relações românticas contemporâneas marcadas pela coexistência de diferentes possibilidades, expectativas e normas. A maior autonomia, pluralização dos percursos de vida e diversidade relacional marca a contemporaneidade, a par da persistência de desigualdades de género, manutenção de crenças idealizadas sobre as relações e o amor romântico, novas formas de comparação e exposição digital e desafios relacionados com o controlo e a violência. Esta complexidade torna insuficiente uma leitura das relações românticas na atualidade como simplesmente mais livres, superficiais ou instáveis.

Apesar do crescente interesse pelas relações românticas na adultez emergente, grande parte da investigação permanece concentrada em contextos ocidentais, particularmente nos Estados Unidos da América, recorrendo a amostras pouco diversas e apresentando uma presença reduzida de investigação qualitativa (Sharkey et al., 2022; Williamson et al., 2022). Além disso, tem-se focado sobretudo na identificação de associações entre características individuais, relacionais e contextuais e indicadores de qualidade ou satisfação relacional (Kanter et al., 2025; Righetti et al., 2022). Neste panorama, permanece menos explorada uma compreensão qualitativa da forma como as próprias pessoas jovens constroem e partilham significados acerca das relações românticas e das transformações que as atravessam, justificando-se a exploração destas questões no contexto português.

Enquadramento metodológico

Desenho de investigação

Atendendo à natureza exploratória da investigação e ao objetivo de compreender como as pessoas jovens adultas atribuem significado às relações românticas na atualidade, às transformações que as atravessam e às tensões que delas decorrem, adotou-se uma metodologia qualitativa. Nesta abordagem, assume-se a produção de conhecimento como um processo situado, no qual a pessoa investigadora participa ativamente e de forma reflexiva (Amado, 2014; Braun & Clarke, 2022).

Recolha de dados

Método

O método adotado para a recolha de dados foi o grupo de discussão focalizada (GDF), que gera dados a partir da interação entre participantes de um grupo em torno de tópicos lançados à discussão pela pessoa moderadora, com base num guião previamente preparado, mas flexível ao conteúdo emergente (Kitzinger, 1995; Morgan, 1996). A possibilidade de aceder não só às representações, experiências e significados das pessoas, mas também à forma como estes são desenvolvidos e negociados na interação, tornou este método particularmente adequado aos objetivos do estudo.

Os processos de grupo permitem explorar consensos e divergências e aceder a valores, normas e formas de comunicação partilhadas, embora possam também contribuir para o silenciamento de posições discordantes e ser influenciados pelo estilo de moderação (Agar & MacDonald, 1995; Kitzinger, 1995; Morgan, 1996). Procurou-se, por isso, privilegiar questões abertas e uma moderação pouco diretiva, incentivando a exploração dos tópicos considerados relevantes pelas pessoas participantes. No início das sessões, foi explicitada a importância da diversidade de perspetivas e da ausência de julgamento, bem como o compromisso da investigadora com o tratamento confidencial dos dados e a sua posterior anonimização (Amado, 2014; Kitzinger, 1995).

Instrumentos

Elaborou-se um guião semiestruturado com sete questões abertas principais, organizadas em quatro eixos: representações sobre relações românticas; relações românticas na

atualidade; fatores explicativos para as mudanças percebidas; e potencialidades e desafios dessas mudanças (cf. Apêndice A). Cada questão foi acompanhada de questões de *follow-up* e aprofundamento, mobilizadas de acordo com o desenvolvimento natural da discussão.

A construção do guião partiu de uma perspetiva construcionista das relações românticas, segundo a qual os significados atribuídos às experiências relacionais são construídos nos contextos sociais, culturais e históricos em que emergem (Beall & Sternberg, 1995; DeLamater & Hyde, 1998; Karandashev, 2015). Nesse sentido, a comparação geracional foi utilizada para explorar as transformações percebidas nas relações românticas ao longo do tempo. Seguiram-se questões relativas aos significados atribuídos às transformações percebidas, aos fatores que as poderiam explicar e às suas potencialidades e desafios, nomeadamente como podem ser vividos por diferentes grupos sociais.

Adicionalmente, foi aplicado um questionário sociodemográfico destinado a aferir o cumprimento dos critérios de elegibilidade definidos; caracterizar a amostra; e apoiar a constituição de grupos diversificados. O questionário incluiu questões relativas a idade, género, orientação sexual, habilitações literárias, área e situação profissional/académica, agregado doméstico e estado relacional, além de uma questão aberta, na qual se convidaram as pessoas participantes a descrever sucintamente as suas relações românticas (cf. Apêndice B).

Participantes

Participaram no estudo 15 pessoas, com idades compreendidas entre os 19 e os 29 anos, todas de nacionalidade portuguesa e a residir em Portugal desde a nascença, com exceção de um participante, residente há cinco anos. Quanto à identidade de género, oito autoidentificaram-se com o género feminino, seis com o género masculino e uma como não-binária. A amostra apresentou também relativa diversidade ao nível da orientação sexual, integrando nove pessoas heterossexuais, três homossexuais, duas bissexuais e uma pansexual.

Relativamente às habilitações literárias, oito tinham concluído uma licenciatura ou grau equivalente, quatro o ensino secundário, duas um curso técnico ou equivalente e uma um mestrado ou grau equivalente. A maioria era estudante (n = 8), quatro pessoas trabalhavam a tempo inteiro, uma a tempo parcial, e duas conciliavam trabalho e estudos, verificando-se uma concentração de pessoas participantes ligadas à área da Psicologia (n = 6). Seis viviam com familiares, três com pessoa parceira, três com colegas de casa, uma com pessoas amigas, uma numa residência universitária e uma sozinha.

À data da recolha, 14 encontravam-se numa relação romântica há pelo menos um ano e uma encontrava-se solteira. Quando convidadas a descrever as suas relações, recorreram tanto a características estruturais – como "monogâmica", "duradoura" ou "à distância" –, como a dimensões experienciais, salientando, entre outros, apoio, segurança, partilha, valorização e espaço para a individualidade (cf. Apêndice C).

Procedimento

O guião semiestruturado e o questionário sociodemográfico desenvolvidos foram revistos por duas especialistas. Desta revisão resultaram alterações ao nível da extensão, estrutura e terminologia do guião, o reforço de questões de *follow-up* e a inclusão de uma questão aberta no questionário sociodemográfico.

O projeto foi submetido à Comissão de Ética da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, tendo recebido parecer favorável (Ref.ª 2026-01-04) (cf. Apêndice D). As pessoas participantes foram informadas acerca da natureza e objetivos do estudo, da anonimização dos dados no momento da sua transcrição e do direito de desistir a qualquer momento, sem necessidade de justificação ou consequências. Os ficheiros áudio foram armazenados com acesso restrito à investigadora e eliminados após a transcrição; as transcrições, após anonimização, foram armazenadas com acesso restrito à investigadora e à orientadora até ao final do processo de análise.

Previamente à recolha de dados, realizaram-se três entrevistas individuais como teste-piloto ao guião semiestruturado preparado para os GDF, com o objetivo de avaliar a sua extensão, clareza, pertinência, sequência lógica e possíveis reações emocionais suscitadas. Procurou-se, ainda, identificar outras questões relevantes para o tema em estudo. As entrevistas confirmaram a adequação das questões, conduzindo apenas a um ajuste na sua organização.

O recrutamento decorreu através de métodos de amostragem por conveniência e bola de neve, a partir da divulgação do estudo nas redes sociais da investigadora e em grupos de *WhatsApp*. As pessoas interessadas preencheram um formulário *online* e foram posteriormente contactadas para esclarecimento de dúvidas, aferição de disponibilidades comuns e solicitação do preenchimento do Consentimento Informado, Livre e Esclarecido (cf. Apêndice E) e do Questionário Sociodemográfico. No momento da recolha de dados, todas as pessoas cumpriam os critérios de inclusão definidos: idade entre os 18 e os 29 anos, residência em Portugal há pelo menos um ano, fluência na Língua Portuguesa e capacidade de fornecer consentimento informado, livre e esclarecido.

Na constituição dos GDF, procurou-se garantir diversidade ao nível da idade, habilitações literárias, área de estudo/profissão, orientação sexual e identidade de género, evitando integrar no mesmo grupo pessoas com relações próximas entre si. Constituíram-se, assim, dois grupos com oito e sete pessoas jovens adultas, realizados *online*, através da plataforma *Teams*, em março de 2026. As discussões foram moderadas pela investigadora, tiveram uma duração máxima prevista de 90 minutos e foram gravadas em formato áudio.

Os dados foram, depois, transcritos integralmente e anonimizados através da atribuição de códigos às pessoas participantes. A transcrição seguiu uma lógica próxima do verbatim, incluindo sobreposições de fala, repetições, hesitações, silêncios e, pontualmente, risos. Outros elementos relevantes da interação foram registados no Diário de Bordo da investigadora durante e após os GDF.

Análise de dados

Para a análise dos dados recolhidos, recorreu-se à Análise Temática Reflexiva (ATR), definida por Braun e Clarke (2022) como uma entre várias formas possíveis de abordar a análise temática, por sua vez, um método teoricamente flexível para organizar, interrogar e interpretar dados qualitativos e desenvolver padrões de significado partilhado – temas –, através de um processo sistemático de codificação que envolve interrogação crítica sobre o papel da pessoa investigadora, do seu processo e das suas práticas na investigação.

Para as mesmas autoras, este processo analítico decorre ao longo de seis fases: (1) familiarização com os dados; (2) codificação dos dados; (3) geração dos temas iniciais; (4) revisão e desenvolvimento de temas; (5) refinamento, definição e designação de temas; e (6) escrita. Não obstante as fases propostas, o processo é entendido como uma aventura, marcada pela organicidade, complexidade e alguma incerteza, que exige conhecimento, reflexividade, criatividade e envolvimento teórico, reconhecendo-se cada análise como única, situada e, por isso, parcial (Braun & Clarke, 2022).

Adotou-se um enquadramento construcionista, procurando compreender os significados construídos e reconstruídos num determinado contexto social e cultural. A análise combinou níveis semânticos e latentes, de modo a explorar o que foi intencional e explicitamente comunicado, mas também os pressupostos e significados subjacentes aos discursos. Seguiu-se uma orientação principalmente indutiva, embora informada pelo enquadramento teórico e pelos objetivos do estudo. A codificação dos dados foi realizada manualmente, sem recurso a

software de apoio, dada a dimensão do corpus de análise e o caráter iterativo e reflexivo do processo analítico.

Esta opção implicou assumir uma dupla posição enquanto membro e comentadora cultural (Braun & Clarke, 2006), procurando simultaneamente reconhecer a inserção da investigadora no contexto em análise e interrogar criticamente os pressupostos culturais que atravessavam os discursos. A reflexividade foi, assim, considerada parte integrante do processo analítico, através do questionamento contínuo das interpretações emergentes e da procura de dados capazes de as desafiar ou complexificar. A escolha desta abordagem para a análise de dados prendeu-se com a sua flexibilidade, adequação aos objetivos do estudo e com o espaço que oferece para reconhecer, com transparência, que a investigação não é separável da pessoa investigadora.

No decorrer e no final do processo, recorreu-se à *checklist* de 15 pontos, proposta por Braun e Clarke (2022, p. 269), como apoio à avaliação da qualidade do processo analítico.

Apresentação e discussão de resultados

Da análise temática reflexiva resultaram três temas: *Ter a liberdade e o medo de a perder*; *A centralidade do eu na construção romântica*; e *A renormalização da violência a que se assiste ou resiste*.

1 – Ter a liberdade e o medo de a perder

A liberdade constitui um dos principais referenciais através dos quais as pessoas participantes dão sentido às relações românticas na atualidade. Ser livre significa poder construir uma relação sem deixar de ser quem se é. Esta valorização acompanha transformações sociais associadas à individualização e crescente responsabilização das pessoas pela construção das próprias trajetórias relacionais (Beck & Beck-Gernsheim, 1990/1995), bem como à valorização da autonomia nas formas contemporâneas de conjugalidade (Aboim, 2006). Contudo, os discursos das pessoas participantes mostram que a liberdade não é experienciada como uma conquista definitiva, mas como uma possibilidade que precisa de ser continuamente negociada e protegida. É nesta tensão que se constrói o primeiro tema: ter a liberdade e o medo de a perder.

A representação de liberdade e o seu caráter vulnerável são situados, desde logo, num plano social e político. Algumas pessoas participantes interpretam as transformações

contemporâneas como conquistas relativamente recentes e identificam discursos que entendem como tentativas de contrariar o que significam como uma progressão social, na medida em que defendem modelos relacionais assentes em posições de género hierarquizadas:

> *Têm surgido grupos que tentam ir basicamente contra a corrente da progressão (...) que estão a vivenciar estas mudanças como muito nocivas, porque (...) [querem] manter os standards anteriores das relações, do homem como dominador e os privilégios da mulher que trabalha de casa.* (PP14)
>
> *Hoje em dia, vê-se muito conteúdo a surgir de regressão de ideias (...) que, antigamente, era normal; passou a não ser normal; e, agora, está a ser normalizado outra vez. (...) E é um pouco assustador*. (PP1)

A perceção de que avanços associados à igualdade podem coexistir com movimentos de oposição encontra paralelo na literatura sobre resistência à igualdade de género. Flood et al. (2021) descrevem formas de resistência que podem envolver a negação das desigualdades, a recusa de responsabilidade ou a representação dos homens como grupo injustamente desfavorecido. Nos discursos analisados, contudo, o que está em disputa não se esgota na posição adotada perante a igualdade, abrange também os critérios que definem quem pode exercer liberdade, que posições pode ocupar e segundo que regras se organizam as relações românticas. A liberdade relacional não se entende, por isso, à margem das mudanças sociais, reconhecendo-se que o que pode ser considerado legítimo numa relação hoje, pode não se verificar daqui a alguns anos. As disputas em torno da liberdade acompanham, assim, disputas em torno do género, da autonomia e/ou da igualdade, evidenciando o caráter socialmente situado dos significados que lhe são atribuídos (DeLamater & Hyde, 1998).

Esta disputa torna-se visível na forma como é interpretada a negociação de poder entre homens e mulheres. PP13 admite a possibilidade de a crescente valorização das posições das mulheres poder conduzir, no futuro, a uma inversão das relações de poder. Em contraste, PP9 rejeita tanto a hierarquia tradicional como a substituição desta por uma hierarquia inversa.

> *Daqui a um tempo, se calhar, só o que a mulher disser é que vai estar certo e a opinião do homem vai passar a estar rebaixada. (...) pode até vir a acontecer amanhã*. (PP13)
>
> *O homem ter todo o poder (...) isso é tão distópico para mim como a mulher fazer todas as decisões é distópico, mas de outra maneira diferente. O objetivo nunca é que haja a inversão de papéis, mas sim que haja aquele equilíbrio e igualdade.* (PP9)

Mais do que revelar simplesmente posições diferentes perante a igualdade, esta tensão evidencia pluralidade nas conceções sobre a liberdade. Ser livre não significa substituir quem detém o poder, mas questionar a legitimidade de uma relação em que a liberdade de uma pessoa

depende da subordinação da outra. A este ponto a liberdade adquire em simultâneo uma dimensão individual e política, já que coloca em debate a possibilidade de autodeterminação, mas também a atribuição de poder e direitos na vida social.

A liberdade discutida encontra, igualmente, continuidade dentro das relações românticas. Se, no plano social, está em causa poder escolher e viver diferentes formas de relação, no espaço íntimo a questão é outra: como estar numa relação sem deixar de ser-se quem se é? PP8 e PP10 colocam a autenticidade no centro do que consideram uma relação romântica:

> *Acrescentaria também autenticidade, porque eu acho que uma relação deve ser um espaço onde podemos ser pessoas autênticas.* (PP8)
>
> *Eu concordo, eu acho que uma relação romântica é onde podemos mesmo ser nós mesmos.* (PP10)

Esta valorização da autenticidade encontra eco na negociação entre autonomia individual e desejo de proximidade descrita por Aboim (2006), bem como na coexistência, entre as pessoas jovens adultas, de ideais relacionais mais tradicionais com a valorização de relações mais simétricas (Moreno Marimón & Sastre Vilarrasa, 2010). Nos discursos analisados, a possibilidade de existir dentro de uma relação é entendida como condição necessária à legitimidade de um vínculo afetivo-relacional.

> *É importante sermos nós individualmente numa relação e não nos deixarmos ficar dependentes de outra pessoa.* (PP3)
>
> *Claro, tem que existir uma individualidade (...). Estamos no mesmo espaço, ele está a fazer a cena dele, eu estou a fazer a minha.* (PP5)
>
> *Não tenho só a minha relação romântica, tenho todas as minhas amizades (...) sempre foi algo que eu quis muito proteger também.* (PP1)

Estes dados podem ser compreendidos à luz da ambivalência identificada por Bauman (2003/2004) entre o desejo de proximidade e segurança e o receio de dependência ou perda de autonomia. Não obstante, os discursos não traduzem esse receio de forma descontextualizada: situam-no na forma de relação em que o vínculo exige a diminuição do espaço próprio. Consideram, neste sentido, que o reconhecimento da liberdade deve ser mobilizado em relação a si, mas também às pessoas parceiras.

> *Há este respeito, eu nunca me sentiria bem a estar a obrigar a fazer uma coisa dentro de casa, que ele não quisesse fazer*. (PP5)
>
> *Eu acho que isso até priva, não sei qual é o prazer que se tem em estar com alguém se essa pessoa não pode ser quem era quando nós nos apaixonamos por ela.* (PP6)

Neste âmbito, a literatura tem evidenciado que comportamentos de controlo, coerção e outras formas de violência nas relações podem comprometer o bem-estar das pessoas envolvidas (Ragavan et al., 2025; Tarriño-Concejero et al., 2024). Em Portugal, têm sido igualmente identificados comportamentos de controlo no namoro e a necessidade de se questionarem as normas sociais que os sustentam (Cerejo et al., 2025; Neves & Correia, 2024; UMAR, 2025). Contudo, as pessoas participantes dão acesso a como esse controlo é significado: obrigar ou limitar uma pessoa parceira não é apenas um comportamento relacional indesejado, também ameaça a sua existência e autodeterminação.

Isto não significa que qualquer limite seja interpretado como perda de liberdade. Pelo contrário, as pessoas participantes refletem sobre a necessidade de limites, considerando que a diferença é que eles não devem ser impostos unilateralmente, mas negociados entre duas pessoas cuja autonomia é igualmente valorizada. Neste sentido, não resulta do desejo de independência absoluta, mas da auto e heteropreservação.

> *Eu acho que decisões unilaterais em relações de intimidade são sempre padrões abusivos.* (PP15)
>
> *Não é preciso ser puramente individualista, mas também não é preciso ser…* (PP1)
>
> *… presos da relação.* (PP5)

Esta dimensão dos limites impõe-se também ao seu exercício responsável. A liberdade é paralelamente reivindicada e delimitada, para que possam coexistir diferentes liberdades.

> *Não há opiniões certas e erradas, até elas serem crime, também. Quando, por exemplo, estamos a falar de racismo, de machismo, de homofobia, de transfobia, é crime. (...) É saudável que as pessoas tenham opiniões diferentes e até é mais rico para a sociedade (...) mas há um certo limite que já passa do aceitável.* (PP15)

Perspetivas feministas sobre a autonomia relacional questionam também, na literatura, a representação de uma pessoa autónoma como independente das relações e condições sociais em que se encontra, reforçando que a autonomia é exercida num mundo de interdependências, relações de poder e responsabilidades perante os outros (Mackenzie & Stoljar, 2000).

De uma maneira geral, a liberdade é entendida como algo que se constrói e negoceia na interação social, resultando, paralelamente, em diferentes implicações ao nível das relações românticas. A responsabilidade surge aliada a este tema como condição para preservar a liberdade, mostrando como o seu exercício é continuamente negociado nas relações e nas condições sociais em que estas se constroem. Para as pessoas participantes significa, na contemporaneidade, a possibilidade de autodeterminação, o reconhecimento da liberdade de

outras pessoas, a negociação dos seus limites e a responsabilidade com que é exercida. Precisamente por depender destes fatores, coexiste com o medo de a perder.

2 – A centralidade do eu na construção romântica

Se o primeiro tema mostra como a liberdade pode ser construída e negociada dentro das relações românticas, o segundo evidencia como a crescente margem de escolha coloca o "eu" no ponto de partida da construção de um "nós". É a partir do conhecimento de si, dos próprios valores, projetos e expectativas que as pessoas participantes avaliam se querem estabelecer uma relação, com quem e em que condições. A transformação descrita por Beck e Beck-Gernsheim (1990/1995) através do processo de individualização adquire, assim, um significado concreto nos discursos: menores prescrições externas são associadas a maior responsabilidade pessoal na construção dessas trajetórias.

Esta centralidade do "eu" torna-se evidente na distinção entre sentir e decidir. A atração ou a paixão podem escapar à deliberação, mas transformar o que se sente numa relação voluntária é visto como uma decisão, e não como algo que naturalmente acontece:

> *Sim… uma escolha, mas nem sempre escolha. Nós, às vezes, não escolhemos nos apaixonar (…) mas sim, acabamos sempre nós por tomar essa decisão, se queremos estar numa relação com a pessoa, ou não.* (PP11)

A agência reside, portanto, no que se decide fazer com o que se sente. A atração pode aproximar as pessoas, mas não é suficiente para legitimar uma relação romântica – algo que as pessoas participantes contrastam com as suas representações sobre percursos relacionais mais prescritos em gerações anteriores. Identifica-se o poder de escolha como uma das principais diferenças contemporâneas e a ideia de que o casamento e a parentalidade deixam de ser condições necessárias para se alcançar uma vida plena ou o estatuto de adulto:

> *Uma das principais diferenças (...) é o facto de termos o poder de escolha. (...) [podermos] decidir continuar ou não a relação, (...) se preferimos dar prioridade a uma carreira ou se preferimos (...) ter um parceiro, casar, ter filhos.* (PP3)
>
> *Hoje em dia, como já não se tem tanto essa noção de que uma vida só é plena e só alcançamos este estatuto de adulto se nos casarmos, se tivermos filhos (…) vê-se mais as relações como um privilégio.* (PP4)

Estes discursos encontram eco na pluralização de percursos de vida e na coexistência de diferentes projetos na adultez emergente (Arnett, 2016; Saraiva & Matos, 2016). Contudo, os dados acrescentam que a mudança não se centra apenas nesta diversificação, mas também

na autoria que lhe é atribuída. Uma relação próxima de modelos considerados tradicionais pode continuar a ser desejada, mas já não é representada como necessariamente imposta:

> *Se eu quiser ter uma relação nos moldes de antigamente, eu posso; e se eu quiser ter uma relação nos moldes de agora, eu também posso. (...) Antigamente, não poderíamos decidir ter uma relação aos moldes atuais, porque isso não era permitido.* (PP14)

Neste sentido, o que se altera é o modo como o "eu" percebe maior legitimidade para definir a relação romântica que quer viver, sem que isso signifique o desaparecimento de outros modelos relacionais ou das prescrições sociais.

> *Na minha cabeça, eu já tinha feito o cheque, já estava arrumada para a vida (...) reparei no quão ainda a sociedade e estes padrões (...) ainda são prevalentes agora; ou, pelo menos, em mim, inconscientemente ainda estão cá.* (PP9)

Este excerto permite problematizar uma leitura linear da individualização. O "eu" pode tornar-se ponto de partida para a trajetória escolhida, mas não se torna independente das normas sociais através das quais aprendeu a imaginar uma vida desejável. A escolha atual é exercida sobre um repertório de possibilidades e expectativas socialmente construído. Neste sentido, cada pessoa passa a assumir como sua a decisão entre possibilidades cujos significados e valor foram também socialmente construídos (DeLamater & Hyde, 1998).

A ampliação sem precedentes da possibilidade de conhecer potenciais pessoas parceiras, nomeadamente através das aplicações de encontros, é traduzida pelas pessoas participantes através de uma metáfora partilhada: o "catálogo".

> *Nós temos uma facilidade muito maior de conhecer pessoas do outro lado do mundo, de dating apps que funcionam (...) quase que há um catálogo.* (PP14)
>
> *Meio que o catálogo também nos leva, muitas vezes, a ter a ponderação física primeiro, ou seja, primeiro avaliar a atração física, e só depois avaliar a atração psicológica.* (PP13)

A metáfora concretiza a arquitetura da escolha descrita por Illouz (2012), na qual potenciais pessoas parceiras se tornam visíveis, comparáveis e avaliáveis num universo de alternativas. Ainda assim, os discursos associam-lhe uma consequência paradoxal: a maior possibilidade de estabelecer contactos não torna mais simples transformá-los em ligações significativas.

> *Existe mais procura de contacto em conheceres pessoas e não dar em nada (...) estão com mil e uma pessoas e não conseguem forçar a conhecer o seu interior.* (PP5)

Acabam por explorar tanto que, até, a meu ver, a certo ponto, acaba por nos desconectar, porque exploramos tanto que, se calhar, também não tentamos encontrar algo mais concreto. (PP11)

Acho que acaba por ser uma consequência da conexão, acaba por nos desconectar. (PP12)

Maior conexão não é, nestes discursos, sinónimo de maior ligação emocional. Contudo, seria redutor interpretar esta perceção como evidência de que as aplicações de encontros produzem necessariamente relações superficiais. Hobbs et al. (2016), por exemplo, mostraram que muitas das pessoas utilizadoras dessas aplicações procuram o estabelecimento de vínculos genuínos. O diálogo entre os dados e esta investigação sugere, portanto, que a expansão de possibilidades pode facilitar encontros e intensificar processos de comparação, sem determinar, desde logo, o que as pessoas farão com essas possibilidades.

A mesma ambivalência surge quando se discute a duração das relações. Enquanto algumas pessoas associam relações mais curtas à dificuldade de compromisso, PP15 problematiza a ideia de que a menor duração significa um retrocesso ou incapacidade:

Isso também é uma consequência do empoderamento de partes da relação que antes cediam (...) e ficavam anos e anos e anos na mesma situação, nem sempre felizes (...). Não acho que tenha sido um retrocesso (...) É só mesmo um resultado das pessoas terem a sua própria individualidade, as suas próprias vontades, e nem sempre cederem às vontades do outro. (PP15)

Neste sentido, a duração não é interpretada como um indicador inequívoco do sucesso relacional. Permanecer pode significar compromisso, mas também ausência de alternativas, obrigação ou desigualdade; terminar uma relação pode significar instabilidade, mas também capacidade de interromper uma relação que deixou de corresponder ao que a pessoa considera aceitável. Esta leitura é compatível com uma perspetiva que reconhece a pluralidade dos percursos românticos na adultez emergente e a importância dos objetivos e prioridades individuais na forma como o estatuto relacional é vivido e avaliado (Watkins et al., 2024).

A agência na escolha é também atravessada pelo autoconhecimento. As pessoas participantes descrevem-se como mais seletivas e interpretam essa seletividade como capacidade de reconhecer aquilo que querem para si, graças à crescente reflexividade e atenção à saúde mental:

Eu acho que nós agora somos mais seletivos, e eu vejo essa seletividade como algo positivo, porque somos mais seletivos naquilo que queremos para nós. (PP8)

Cada vez temos mais consciência de saúde mental (...) uma maior propensão à introspeção (...) e isso impacta as relações e acho que é isso que nos torna mais picuinhas e seletivos. (PP7)

A seletividade pode, nesta leitura, funcionar como proteção: conhecer melhor o que se deseja e valoriza permite recusar relações consideradas incompatíveis. Contudo, o mesmo mecanismo de proteção pode estreitar as possibilidades de construir um "nós".

Havendo esse autoconhecimento maior, também leva a que nós tenhamos standards maiores e (...) acaba por limitar também um bocadinho as opções. (PP11)

Com a quantidade de standards que têm, sentem que, ou ficam sozinhas para sempre, ou deixam os seus valores de parte. (...) Antigamente as pessoas casavam porque tinha que ser; atualmente, casamos, se fizer sentido e se isso corresponder aos nossos standards. (PP14)

É precisamente nesta análise que os dados complexificam uma leitura exclusivamente emancipatória da escolha. O autoconhecimento e a definição de critérios próprios, que nos discursos parecem contribuir para preservar a coerência do sentido de si – dimensão que pode ser compreendida à luz da importância atribuída por Erikson (1982) à consolidação da identidade –, podem também aumentar a exigência, a comparação e a dificuldade em encontrar compatibilidade. Neste sentido, a literatura acrescenta que a correspondência entre os atributos valorizados numa pessoa parceira ideal e aqueles que são nela percebidos tem sido associada à avaliação da relação e à satisfação relacional (Buyukcan-Tetik et al., 2017).

Esta lógica não conduz, contudo, a uma procura incessante e inevitável da correspondência perfeita. A compatibilidade pode ser construída:

Não temos que ter medo de nos relacionarmos, de nos conhecermos, de conhecer outra pessoa, porque também não podemos (...) estar à espera que a pessoa vá ser a perfeita logo à primeira. Podemos ir tentando (...) conjuntamente com outra pessoa, melhorando certos aspetos. (...) Acho que devemos dar a oportunidade à pessoa de evoluir e nós evoluirmos também. (PP11)

O autoconhecimento pode, assim, constituir uma base para construir compatibilidade e investir no desenvolvimento individual e conjunto. A relação aparece, aqui, menos como uma correspondência imediata e pronta, e mais como um espaço de transformação, em consonância com conceções processuais das relações românticas (Narciso & Ribeiro, 2009). Esta possibilidade pode também ser pensada à luz da intimidade, entendida por Costa (2005) como um processo intra e interpessoal que se constrói continuamente e envolve a forma como cada pessoa consegue ser e estar numa relação.

A par de critérios mais tradicionalmente associados à compatibilidade romântica, também os valores políticos entram nesta avaliação e são situados num contexto social e mediático que tem tornado discursos de ódio mais visíveis:

> *Sinto que há uma maior dificuldade nos tempos atuais em encontrar uma pessoa decente, bem por causa da influência de (...) fatores políticos (...) [discursos] racistas, machistas, de bastante extrema direita. (...) Eu até posso ter atração (...) mas depois também entra aquela parte do racional de: não é isso que eu quero para mim.* (PP9)

A escolha relacional não se reduz, deste modo, a uma lógica de consumo superficial ou de autossuficiência extrema. O autoconhecimento pode permitir selecionar e excluir opções, mas é reconhecida a possibilidade e necessidade de se construir compatibilidade e se rever expectativas.

Globalmente, este tema mostra que a ampliação da escolha não veio tornar a construção das relações românticas mais simples. A individualização pode aumentar a possibilidade de decidir, mas também a responsabilidade de escolher; o autoconhecimento pode proteger, mas aumentar a seletividade; a multiplicação de alternativas pode facilitar encontros e ruturas, mas intensificar a comparação; e a fidelidade ao "eu" precisa de coexistir com a disponibilidade para negociar com alguém que nunca corresponderá integralmente ao ideal. O "eu" antecede discursivamente o "nós" – as relações passam a ser possíveis ou desejáveis a partir da pessoa que se entende ser. No entanto, esta autoria sobre a relação que se quer, o lugar que ela ocupa, o modelo segundo o qual se constrói e o momento até ao qual faz sentido, traz novas exigências que as pessoas participantes aprendem a navegar.

3 – A renormalização da violência a que se assiste ou resiste

As pessoas participantes situam grande parte das transformações das relações românticas num processo histórico de emancipação, particularmente das mulheres. Mudanças nos papéis de género, independência económica, sexualidade e distribuição de poder são interpretadas como condições que tornaram possíveis formas de relação anteriormente menos reconhecidas ou acessíveis:

> *Eu acho que a principal mudança foi o papel da mulher na sociedade (...) passamos a ser mais presentes e a ser mais vistas. (...) Começamos a ser mais valorizadas, começamos a entrar noutros ramos.* (PP6)

Relativamente aos direitos das mulheres e à liberdade, ao poder que têm dentro de uma relação, à independência (...) é impossível refletir sobre as diferenças sem ter em conta isso. (PP15)

O enquadramento histórico permite reconhecer estas transformações; os discursos mostram, porém, como essas são significadas pelas pessoas jovens que vivem num contexto produzido por elas. A emancipação não surge apenas como acontecimento histórico, mas como transformação das condições em que uma relação pode ser construída: quem pode escolher, decidir e exercer poder dentro dela e que formas de intimidade podem ser reconhecidas como legítimas. Neste sentido, as mudanças nas relações românticas acompanham uma deslocação das fronteiras daquilo que socialmente pode ser vivido e reconhecido.

Esta abertura é associada pelas próprias pessoas participantes à maior legitimidade de relações que se afastam do modelo dominante:

Eu acho que o ponto mais importante (...) é mesmo a emancipação feminina. (...) E também em termos de minorias (...) uma maior aceitação de pessoas LGBT, que também permitiu que fossem normalizados outros tipos de relacionamentos. Mas eu sinto que está tudo ligado. (PP1)

O que está em causa não parece ser apenas a aceitação de grupos historicamente marginalizados, mas a ampliação do próprio campo de possibilidades relacionais. Relações entre pessoas do mesmo género, relações não monogâmicas ou outras configurações diversas ao nível do compromisso ou da exclusividade tornam-se progressivamente mais reconhecíveis.

Acho que somos uma geração mais aberta a relações não convencionais (...) falamos de não monogamias, falamos de outras formas de relacionamento. (PP14)

Acho que hoje em dia as relações românticas estão um bocadinho mais libertas de certas normas que a sociedade antes impunha imenso e as pessoas acabam por explorar mais as relações românticas, os tipos de relações que pode haver. (PP11)

Contudo, os discursos sugerem que tornar uma possibilidade mais visível não significa apenas permitir que seja escolhida; permite, em primeiro lugar, que ela seja imaginada:

A minha relação que eu tenho não poderia existir aqui há 50/60 anos atrás, e não só porque não é permitido, mas porque, se calhar, eu nunca teria tido contacto com representatividade (...) para me mostrar que era uma possibilidade para mim (...) ficaria só a questionar se eu era, lá está, diferente de outros. (PP4)

O passado de estigmatização e patologização de orientações sexuais e identidades de género que se afastavam do modelo cisheteronormativo ajuda a contextualizar a importância desta possibilidade de reconhecimento (Drescher, 2015; Robles et al., 2021). Os dados

acrescentam, porém, uma dimensão experiencial que permite compreender como a ausência de representação não significa somente não ser visto, podendo limitar o que uma pessoa imagina como possível para si. Neste sentido, PP5 afirma: *Isto é amor também, isto é possível*. O "também" alerta para uma assimetria que pode permanecer oculta quando diferentes formas de relação são tratadas como se partissem das mesmas condições. Algumas não precisam de demonstrar que constituem amor para serem aceites. Esta dimensão pode ser compreendida à luz da construção social do amor: se o que é reconhecido como amor é informado por conceções culturalmente partilhadas (Beall & Sternberg, 1995), a representatividade pode ampliar o que cada pessoa consegue reconhecer como uma possibilidade romântica para si.

A pluralização das relações não significa, por isso, o desaparecimento de um modelo normativo, na medida em que diferentes possibilidades continuam a ser avaliadas a partir de referenciais que atribuem maior legitimidade a determinadas formas de intimidade. A generalização de um modelo relacional como referência pode, assim, transformar a diferença em desvio ou insuficiência. Neste âmbito, o significado atribuído à relação romântica ultrapassa a sua configuração: maior duração não garante qualidade, o compromisso pode ser negociado, e uma forma de viver a relação além da heteronormativa não determina, por si só, menor legitimidade relacional.

É também aqui que a violência adquire um significado que ultrapassa a esfera íntima. As pessoas participantes discutem formas facilmente reconhecíveis de violência nas relações românticas, mas recusam explicações que as reduzam às características psicológicas de quem as pratica, fazendo emergir uma tensão entre psicopatologia e "normalidade" e interrogando até que ponto a violência pode ser compreendida a partir dessa distinção.

> *Colocar a culpa da violência na psicologia de cada indivíduo individualiza a responsabilidade pela violência (...) é um crime que tem responsabilidade social. (...) A intervenção com agressores (...) foca-se muito mais na parte de alterar crenças em termos sociais e de papéis de género, conceitos sobre relações, regras nas relações, comportamentos violentos/não violentos, soluções saudáveis para conflitos.* (PP15)

PP14 acrescenta que a violência na intimidade se relaciona com aquilo que socialmente se considera que homens e mulheres podem fazer ou decidir. A própria discussão culmina na formulação de PP13 – *voltamos à questão social* – e de PP14 – *é uma questão social*.

Estes discursos deslocam a violência de uma leitura exclusivamente individual e interpessoal ao considerarem as relações sociais de poder que podem sustentá-la. Significa reconhecer que a violência não começa nas suas manifestações mais extremas ou visíveis e que as condições em que é experienciada podem ser atravessadas por diferentes eixos de

desigualdade, cuja articulação pode ser considerada a partir de uma perspetiva intersecional (Crenshaw, 1991). Normas que hierarquizam pessoas e relações podem, neste sentido, tornar determinadas formas de controlo e subordinação mais toleráveis e inteligíveis. Esta interpretação encontra eco na investigação portuguesa que recomenda compreender a violência nas relações além dos comportamentos individuais, questionando as normas sociais que os sustentam (Cerejo et al., 2025; Neves & Correia, 2024; UMAR, 2025).

As condições de desigualdade surgem também no discurso das pessoas participantes, ainda que de forma latente, por exemplo, ao referirem que precisam de realizar um trabalho adicional para que a sua identidade ou relação seja aceite e compreendida:

> *Essa maior abertura, o facto de eu conseguir, por exemplo, explicar aos meus avós o que é que é a relação (...) foi uma coisa que eu pude ir construindo. (...) Já estava em 2 anos de relação quando pude contar, mas fui cultivando neles isso e "ah, sabias que…" e desestigmatizando também.* (PP4)

PP5 recorda, de forma semelhante, o desconforto de crescer perante comentários depreciativos do pai sobre casais homossexuais: *Quando tu tens uma posição na família, como um pai, que marca ali uma posição de (...) "olha aquele gay, olha aquele" (...) é um desconforto total*.

A vulnerabilidade não depende necessariamente de uma manifestação violenta concreta, mas de condições sociais em que são sistematicamente algumas pessoas que têm de tornar a sua existência relacional compreensível e legítima para as restantes. A literatura sobre *stress* minoritário permite compreender como a exposição continuada ao estigma e à expectativa de rejeição podem vulnerabilizar pessoas pertencentes a minorias sexuais e de género (Meyer, 2003; Testa et al., 2015).

Apesar das transformações reconhecidas, as pessoas participantes não assumem um processo linear ou concluído:

> *Hoje em dia, vê-se muito conteúdo a surgir de regressão de ideias (...) que, antigamente, era normal; passou a não ser normal; e, agora, está a ser normalizado outra vez.* (PP1)
>
> *Acho que estamos a caminhar num bom sentido. No entanto, ainda precisamos de evoluir muito isso (...) não é 100% aceite, é sempre olhado de lado, e, principalmente, em zonas rurais, eu sinto muito isso.* (PP12)

A maior visibilidade da diversidade coexiste com a persistência de preconceitos e com aquilo que a maioria das pessoas participantes perceciona como uma renormalização da violência, geograficamente e politicamente variável. Este fenómeno estende-se à esfera pública

e digital, num contexto em que as pessoas se sentem cada vez mais livres para exprimir esse julgamento sem crítica social.

> *Continua a haver muita exposição de crítica e de julgamento para essas comunidades [LGBTQIA+]. Até acho que houve um pequeno retrocesso nos dias que vivemos hoje, sinceramente. (...) As pessoas compactuam mais com o julgamento.* (PP11)

PP14 articula diretamente as duas direções ao referir que as mudanças trouxeram maior liberdade e expressão às pessoas LGBTQIA+, ao mesmo tempo que identifica grupos que procuram recuperar *standards* anteriores das relações, do homem como dominador. Esta coexistência aproxima-se da literatura sobre resistência à igualdade, que mostra como essas conquistas são acompanhadas de movimentos de *backlash* (Flood et al., 2021).

Contudo, é perante a vivência simultânea de abertura e resistência que as pessoas participantes reivindicam um papel ativo na mudança:

> *Se calhar, esta mudança que nós vivemos e que nos está também a beneficiar, nós também temos esse papel ativo em construí-la.* (PP5)
>
> *Nós podemos ser parte ativa nessa mudança das ideias, das crenças, dos valores.* (PP4)
>
> *Acho que é mais difícil de implementar, porque, pelo menos pessoalmente, acabo por ter sempre uma vozinha a dizer que aquilo que eu estou a fazer está errado, (...) mas [podemos], lá está, como o PP5 disse, também ensinar-lhes coisas novas*. (PP2)

Este papel ativo convoca as pessoas cuja identidade ou relação é questionada a construir a própria legitimação, resistindo às normas que mais diretamente as afetam. Ser agente de mudança não elimina, assim, a vulnerabilidade produzida pela necessidade de lutar contra condições socialmente produzidas.

Em síntese, este tema mostra que a abertura das relações a uma maior diversidade não é vivida com plenitude. Nos discursos das pessoas participantes, o reconhecimento da diversidade surge como um processo que continua em construção e sob ameaça. A violência é significada neste processo através do controlo, das hierarquias de género, da deslegitimação da diferença e da normalização de discursos de ódio. É também neste sentido que "assistir ou resistir" adquire significado. As pessoas jovens podem assistir a essa violência ou resistir-lhe, participando ativamente na sua contestação.

Síntese integrativa

A história que os três temas contam não é linear. As relações românticas contemporâneas são entendidas como espaços em mutação, nos quais a ampliação das

possibilidades de escolha permite maior liberdade e agência sobre as próprias trajetórias relacionais, mas também exige negociação e responsabilidade. Esta liberdade coloca o "eu" no ponto de partida da construção do "nós", tornando o autoconhecimento, os valores, necessidades e projetos pessoais recursos para escolher e avaliar as relações, mas também dimensões que as pessoas participantes procuram preservar e integrar na construção romântica. Contudo, a par destas possibilidades, persistem normas que tornam a liberdade e o reconhecimento vulneráveis e desigualmente acessíveis. Os três temas podem ser lidos, assim, como parte de uma mesma transformação: negocia-se o que significa ser livre numa relação, como o "eu" encontra espaço e participa na construção do "nós" e quais relações, identidades e experiências são socialmente reconhecidas como legítimas ou violentamente hierarquizadas e invisibilizadas.

Os temas permitem também compreender como estes significados são construídos através de um processo relacional, negociado, comparativo e situado. Primeiro, relacional, porque o significado não está contido na configuração da relação romântica, sendo construído na articulação entre a experiência e as condições em que esta é vivida. Depois, negociado, porque emerge de tensões em torno da preservação da individualidade na construção relacional, da liberdade e do compromisso, da pluralização e da normatividade. Ou seja, é na negociação das tensões que o significado é produzido e esta negociação adquire uma dimensão social e política. Ainda, comparativo, na medida em que o presente é frequentemente significado por referência ao que foi possível no passado e ao que se deseja tornar possível no futuro. Finalmente, situado, porque as pessoas participantes mobilizam discursos socialmente disponíveis sobre género, sexualidade, saúde mental, autonomia, violência ou diversidade para tornar as próprias experiências inteligíveis. As perspetivas convergentes, divergentes e, por vezes, contraditórias que surgiram nos GDF não constituíram, assim, um obstáculo à construção de significados partilhados: o confronto entre elas tornou visível o próprio processo através do qual os significados são testados, complexificados, negociados e transformados. As pessoas participantes não se limitam, portanto, a reproduzir significados disponíveis, participando também na sua (re)construção.

Esta leitura deve ser situada nos dois GDF que a produziram. O elevado envolvimento na discussão e a diversidade de experiências e posições terão tornado determinados repertórios particularmente disponíveis. Ademais, quase todas as pessoas participantes se encontravam numa relação romântica com mais de um ano. Nesta amostra, portanto, a valorização da autonomia e da pluralização coexistiu com a participação continuada em relações românticas,

complexificando leituras que as associam necessariamente a desinvestimento relacional, sem que a duração permita, por si só, determinar o significado desses vínculos.

Se o estado da arte permitia antecipar autonomia, individualização, pluralização, diversidade, tecnologias digitais e violência, os resultados convergem com várias das tendências identificadas na literatura. Ainda assim, permitem complexificar algumas das leituras produzidas acerca destas tendências. A individualização não significou necessariamente fragilização dos vínculos; a menor duração nas relações românticas não foi sempre entendida como insucesso; e a pluralização de percursos não resultou no desaparecimento de normas e desigualdades. Também a violência ultrapassou, na análise, as suas manifestações interpessoais, sendo pensada estruturalmente quando normas e expectativas delimitam quais identidades, papéis e experiências são reconhecidos como legítimos, produzindo processos de deslegitimação, hierarquização e estigmatização.

Daqui decorre que a forma de uma relação não permite antecipar o seu significado: duração, monogamia, não-monogamia ou estatuto relacional não constituem, por si só, indicadores de saúde, sucesso, emancipação, dependência ou autonomia. Os significados constroem-se nas condições históricas, sociais, relacionais e pessoais em que cada experiência se torna possível e é vivida. A análise desloca, assim, a atenção da forma assumida pela relação para as condições em que esta é construída e vivida. Reconhecer esta pluralidade não implica abdicar da defesa da igualdade, liberdade, consentimento ou reconhecimento. Retomando a questão de investigação, compreender as relações românticas contemporâneas parece, assim, exigir respostas longas, variáveis, por vezes confusas, situadas e necessariamente incompletas, reconhecendo que essa incompletude não constitui uma limitação a ultrapassar em direção a uma explicação única e universal, mas uma condição para compreender e respeitar a complexidade das experiências humanas.

Limitações do estudo

Este estudo apresenta limitações a considerar, relacionadas com as condições específicas em que os significados apresentados e discutidos foram produzidos e interpretados.

Em primeiro lugar, a composição da amostra, resultante de uma amostragem por conveniência e bola de neve, deve ser considerada. A presença mais expressiva de mulheres e estudantes de Psicologia, a escolaridade relativamente elevada, a concentração etária sobretudo entre os 22 e os 23 anos e a predominância de pessoas atualmente envolvidas numa relação

romântica poderão ter tornado alguns repertórios e experiências particularmente disponíveis. Apesar da diversidade ao nível das orientações sexuais, identidades de género e contextos de origem, outras posições estiveram menos representadas ou ausentes, nomeadamente pessoas de algumas faixas etárias, com menor escolaridade, solteiras ou envolvidas em configurações relacionais não-monogâmicas consentidas. A própria temática poderá ter interpelado mais diretamente pessoas envolvidas em relações românticas. Investigações futuras poderão recorrer a estratégias de seleção mais intencionais, procurando compreender que outras construções do fenómeno poderiam emergir.

A heterogeneidade existente dentro do próprio contexto português, trazida pelas pessoas participantes, também não foi explorada de forma sistemática. Fatores como o meio sociocultural, as condições socioeconómicas, a religiosidade ou a pertença a contextos urbanos ou rurais poderão ter participado no que se tornou possível, esperado ou reconhecido como legítimo no campo das relações românticas. Estudos futuros poderão aprofundar estas diferenças, procurando compreender como diferentes condições sociais e culturais tornam determinados repertórios mais ou menos disponíveis, sem assumir previamente a homogeneidade ou oposição entre contextos.

A natureza interativa dos GDF constituiu uma potencialidade metodológica, especialmente adequada aos objetivos e posição epistemológica do estudo, permitindo tornar visíveis processos de concordância, discordância, negociação e reformulação de significados. Simultaneamente, aquilo que se tornou dizível, relevante ou passível de contestação foi também construído nas dinâmicas específicas estabelecidas em cada grupo. Assim, outras composições poderiam favorecer diferentes processos de significação. A realização dos GDF em formato *online* constituiu, igualmente, uma condição que poderá ter configurado as dinâmicas referidas, embora tenha facilitado a participação de pessoas geograficamente dispersas. Investigações futuras poderão explorar diferentes configurações grupais e contextos de interação, procurando compreender como estes participam naquilo que se torna possível pensar e partilhar acerca das relações românticas.

Acresce o caráter transversal do estudo. Apesar de as pessoas participantes recorrerem frequentemente ao passado para significar o presente e imaginarem transformações futuras, os discursos foram produzidos num momento específico das suas trajetórias e do contexto social. Estudos longitudinais poderão permitir acompanhar como os significados construídos em torno das relações românticas se mantêm ou transformam ao longo da adultez emergente e perante mudanças relacionais e sociais.

Importa ainda considerar o posicionamento da investigadora no processo de produção, análise e interpretação dos dados. Situando-se na mesma faixa etária das pessoas participantes, a concluir o Mestrado em Psicologia, numa relação romântica e autoidentificando-se como heterossexual, partilhava algumas posições e referências com os grupos. A sua posição de defesa dos direitos e da visibilidade de pessoas LGBTQIA+ informou, igualmente, a procura intencional de diversidade sexual, relacional e de género na constituição dos grupos. Esta proximidade geracional, formativa, em alguns casos, e relacional poderá ter facilitado o *rapport* com as pessoas participantes e o reconhecimento de significados partilhados, mas poderá também ter tornado determinadas interpretações mais imediatamente disponíveis do que outras. Além disso, um registo mais sistemático no diário de bordo das impressões após os GDF, questões emergentes, decisões analíticas e reflexões pessoais poderia ter permitido documentar e interrogar mais detalhadamente a evolução do processo interpretativo. Numa ATR, esta consideração não implica procurar eliminar a subjetividade, mas reconhecer e interrogar o seu papel no desenvolvimento da investigação. Os temas apresentados constituem, assim, uma interpretação situada, produzida no encontro entre os discursos das pessoas participantes, as interações nos GDF, o enquadramento teórico-metodológico mobilizado e a posição da investigadora, sendo possíveis outras leituras do fenómeno.

Além das possibilidades que decorrem destas limitações, os próprios resultados abrem questões que merecem ser aprofundadas. Em particular, seria relevante compreender como processos de deslegitimação, hierarquização, estigmatização e desigualdade no reconhecimento podem operar enquanto formas estruturais de violência no campo das relações românticas e como se articulam com as manifestações interpessoais de violência. A exploração destas questões junto de diferentes populações e contextos poderá contribuir para compreender como se distribuem socialmente, no contexto português, as possibilidades de viver, significar e ver reconhecidas como legítimas diferentes experiências românticas.

Implicações do estudo e reflexões finais

Os resultados reforçam a pertinência de uma Psicologia das relações românticas atenta à construção situada dos significados, evitando inferir saúde ou bem-estar a partir de configurações ou trajetórias específicas. Compreender estas relações implica ampliar o olhar além das dimensões estritamente intrarrelacionais. Liberdade, género, poder, reconhecimento, normatividade ou violência participaram nos significados mobilizados pelas pessoas,

evidenciando a necessidade de integrar estas dimensões na compreensão das relações românticas. Esta leitura permite igualmente revisitar construtos a elas tradicionalmente associados, como o amor, a intimidade ou o compromisso. A afirmação de Costa (2005) de que "só há intimidade quando o indivíduo a experiencia como tal e lhe atribui esse significado" (p. 15) suscita uma questão: a partir de que repertórios uma experiência se torna reconhecível como intimidade? Os resultados sugerem que esses significados se tornam inteligíveis através dos discursos e normas culturalmente disponíveis. Neste raciocínio, a experiência individual não desaparece, mas também não surge isolada: o "eu" sente, interpreta e decide entre possibilidades e limites socialmente construídos e continuamente negociados nas relações. Amor, intimidade e compromisso não se esgotam, assim, no espaço privado da relação, inscrevendo-se também nas esferas social e política.

Ao nível da prática psicológica, estes resultados sustentam uma abordagem sensível à subjetividade e à pluralidade das experiências relacionais. Tal requer profissionais preparados para explorar os processos através dos quais determinadas formas de pensar, ser e estar nas relações adquirem significado, bem como refletir sobre os seus próprios pressupostos normativos e interrogar como critérios relevantes para a saúde e o bem-estar se articulam com as configurações específicas que uma relação pode assumir. Este desafio torna-se mais complexo ao considerar que a prática clínica não se faz ateórica nem avalorativa, sendo também orientada por princípios ético-deontológicos, leis, direitos e referenciais de justiça.

Os resultados apoiam ainda a pertinência de intervenções preventivas e psicoeducativas (Ragavan et al., 2025), contextual e culturalmente sensíveis, nomeadamente em contexto grupal e entre pares (Cerejo et al., 2025), que promovam recursos associados à qualidade e segurança relacional, como comunicação e gestão de conflitos (Righetti et al., 2022), negociação de limites e identificação de formas de controlo (Ragavan et al., 2025). Mais do que transmitir um modelo de relação saudável, estes espaços poderão proporcionar oportunidades para refletir e problematizar coletivamente crenças, expectativas e normas acerca do género, da intimidade e da violência (Gibbs et al., 2025).

Por fim, este estudo reforça uma compreensão das relações românticas enquanto experiências às quais podem ser atribuídos significados múltiplos e, por vezes, contraditórios. A sua coexistência não exige reduzi-los a uma verdade única, mas também não pressupõe que sejam equivalentes nos efeitos que podem produzir. Diferentes significados podem ampliar ou restringir possibilidades, favorecer o reconhecimento ou participar na produção de sentimentos de inadequação, criar espaço para a liberdade ou contribuir para legitimar formas de controlo, sustentar relações igualitárias ou participar na naturalização de hierarquias. Adotar um

enquadramento construcionista social sobre os processos de construção de sentido em torno das relações românticas contemporâneas não implica, por isso, um relativismo que suspenda a interrogação sobre estes efeitos na vida das pessoas, nem implica que a Psicologia abdique do conhecimento produzido acerca da saúde e do bem-estar relacional. Pelo contrário, implica articulá-lo com os significados atribuídos pelas próprias pessoas, convocando uma interrogação coletiva: que mundos relacionais tornamos imagináveis e possíveis, e quem encontra neles espaço para existir e amar?

Referências

Aboim, S. (2006). Conjugalidade, afectos e formas de autonomia individual. *Análise Social, 41*(180), 801–825. https://doi.org/10.31447/AS00032573.2006180.05

Aboim, S., & Wall, K. (2002). Tipos de família em Portugal: Interacções, valores, contextos. *Análise Social, 37*(163), 475–506. https://doi.org/10.31447/AS00032573.2002163.05

Agar, M., & MacDonald, J. (1995). Focus groups and ethnography. *Human Organization, 54*(1), 78–86. https://www.jstor.org/stable/44126575

Alvarez, M. J., Pegado, A., Luz, R., & Amaro, H. (2023). Still striving after all these years: Between normality of conduct and normativity of evaluation in casual relationships among college students. *Current Psychology, 42*(13), 10645–10655. https://doi.org/10.1007/s12144-021-02344-9

Alves, R., Precioso, J., & Becoña, E. (2020). Well-being and health perception of university students in Portugal: The influence of parental support and love relationship. *Health Psychology Report*, *8*(2), 145–154. https://doi.org/10.5114/hpr.2020.94723

Amado, J. (Coord.). (2014). *Manual de investigação qualitativa em educação* (2.ª ed.). Imprensa da Universidade de Coimbra. https://doi.org/10.14195/978-989-26-0879-2

Amaral, I., Flores, A. M., & Antunes, E. (2022). Desafiando imaginários: Práticas mediadas de jovens adultos em aplicações móveis. *Media & Jornalismo, 22*(41), 141–160. https://doi.org/10.14195/2183-5462_41_8

Arnett, J. J. (2004). *Emerging adulthood: The winding road from the late teens through the twenties*. Oxford University Press.

Arnett, J. J. (2016). Emerging adults in Europe: Common themes, diverse paths, and future directions. In R. Žukauskienė (Ed.), *Emerging adulthood in a European context* (pp. 205–215). Routledge/Taylor & Francis Group.

Bauman, Z. (2004). *Amor líquido: Sobre a fragilidade dos laços humanos* (C. A. Medeiros, Trad.). Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 2003)

Beall, A. E., & Sternberg, R. J. (1995). The social construction of love. *Journal of Social and Personal Relationships*, *12*(3), 417–438. https://doi.org/10.1177/0265407595123006

Beck, U., & Beck-Gernsheim, E. (1995). *The normal chaos of love* (M. Ritter & J. Wiebel, Trans.). Polity Press. (Original work published 1990)

Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology, 3*(2), 77–101. https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa

Braun, V., & Clarke, V. (2022). *Thematic analysis: A practical guide*. Sage.

Buyukcan-Tetik, A., Campbell, L., Finkenauer, C., Karremans, J. C., & Kappen, G. (2017). Ideal standards, acceptance, and relationship satisfaction: Latitudes of differential effects. *Frontiers in Psychology*, *8*, Article 1691. https://doi.org/10.3389/fpsyg.2017.01691

Cerejo, D., Jesus, M., & Tarriño-Concejero, L. (2025). "If it's not a slap or a punch then it's not violence": Portuguese university student's representations and practices about intimacies and dating violence. *Social Sciences, 14*(2), Article 86. https://doi.org/10.3390/socsci14020086

Cerqueira, C., & Magalhães, S. I. (2017). Ensaio sobre cegueiras: Cruzamentos intersecionais e (in)visibilidades nos media. *Ex Aequo – Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres, 35*, 9–20. https://doi.org/10.22355/exaequo.2017.35.01

Collins, W. A., Welsh, D. P., & Furman, W. (2009). Adolescent romantic relationships. *Annual Review of Psychology, 60*, 631–652. https://doi.org/10.1146/annurev.psych.60.110707.163459

Costa, M. E. (2005). *À procura da intimidade*. Edições ASA.

Crenshaw, K. (1991). Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review, 43*(6), 1241–1299. https://doi.org/10.2307/1229039

Czyżowska, D., Gurba, E., Czyżowska, N., & Kalus, A. (2020). Intimate relationship and its significance for eudaimonic well-being in young adults. *Health Psychology Report, 8*(2), 155–166. https://doi.org/10.5114/hpr.2020.93768

DeLamater, J. D., & Hyde, J. S. (1998). Essentialism vs. social constructionism in the study of human sexuality. *Journal of Sex Research*, *35*(1), 10–18. https://doi.org/10.1080/00224499809551913

Dias, A. R., Machado, C., Gonçalves, R. A., & Manita, C. (2014). Discursos socioculturais sobre o amor em Portugal: Um percurso geracional? *PSICOLOGIA, 28*(1), 1–18. https://doi.org/10.17575/rpsicol.v28i1.618

Drescher, J. (2015). Out of DSM: Depathologizing homosexuality. *Behavioral Sciences*, *5*(4), 565–575. https://doi.org/10.3390/bs5040565

Duby, G. (2011). *Idade Média, idade dos homens: Do amor e outros ensaios* (J. B. Neto, Trad.). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1988)

Erikson, E. H. (1968). *Identity: Youth and crisis*. W. W. Norton & Company.

Erikson, E. H. (1982). *The life cycle completed*. W. W. Norton & Company.

Eurostat. (2026). *Estimated average age of young persons leaving the parental household* [Base de dados]. European Commission. Recuperado em 23 de setembro de 2026, de https://doi.org/10.2908/YTH_DEMO_030

Fan, J. (2025). Romantic relationships and subjective well-being in adolescents. *Interdisciplinary Humanities and Communication Studies*, *3*(6), Article 8462. https://doi.org/10.61173/es483a80

Ferreira, M. A., & Costa-Ramalho, S. (2021). Expectations of emerging adults about conjugality and parenthood. *Youth Voice Journal, 11*(4), 1–25. http://hdl.handle.net/10400.14/37456

Flood, M., Dragiewicz, M., & Pease, B. (2021). Resistance and backlash to gender equality. *Australian Journal of Social Issues, 56*(3), 393–408. https://doi.org/10.1002/ajs4.137

Fonseca, G., Silva, J. T. da, Paixão, M. P., Cunha, D., Crespo, C., & Relvas, A. P. (2019). Emerging adults thinking about their future: Development of the Portuguese version of the Hopes and Fears Questionnaire. *Emerging Adulthood, 7*(6), 444–450. https://doi.org/10.1177/2167696818778136

Gibbs, A., Washington, L., Mkhwanazi, S., Chirwa, E., Khaula, S., Shai, N. J., Willan, S., Batura, N., Burgess, R., Mnandi, N., Simelane, N., Jewkes, R., & Mannell, J. (2025). Stepping Stones and Creating Futures Plus: A pilot randomised controlled trial of a co-developed intervention with young South Africans. *PLOS Global Public Health, 5*(4), Article e0004494. https://doi.org/10.1371/journal.pgph.0004494

Hobbs, M., Owen, S., & Gerber, L. (2016). Liquid love? Dating apps, sex, relationships and the digital transformation of intimacy. *Journal of Sociology, 53*(2), 271–284. https://doi.org/10.1177/1440783316662718

Illouz, E. (2012). *Why love hurts*. Polity Press.

Instituto Nacional de Estatística. (2024). *Estatísticas demográficas: 2023*. https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=697720462&att_display=n&att_download=y

Kanter, J. B., Sprecher, S., & Orbuch, T. (2025). Relationship quality. In D. Mortelmans, L. Bernardi, & B. Perelli-Harris (Eds.), *Research handbook on partnering across the life course* (pp. 265–277). Edward Elgar Publishing. https://doi.org/10.4337/9781803923383.00031

Karandashev, V. (2015). A cultural perspective on romantic love. *Online Readings in Psychology and Culture, 5*(4), Article 2. https://doi.org/10.9707/2307-0919.1135

Karandashev, V. (2017). *Romantic love in cultural contexts*. Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-319-42683-9

Kitzinger, J. (1995). Qualitative research: Introducing focus groups. *BMJ, 311*(7000), 299–302. https://doi.org/10.1136/bmj.311.7000.299

Kwok, I., & Wescott, A. B. (2020). Cyberintimacy: A scoping review of technology-mediated romance in the digital age. *Cyberpsychology, Behavior, and Social Networking*, *23*(10), 657–666. https://doi.org/10.1089/cyber.2019.0764

Lei n.º 9/2010, de 31 de maio. (2010). Permite o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. *Diário da República*, 1.ª série, n.º 105, 1853–1854.

Lei n.º 38/2018, de 7 de agosto. (2018). Direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género e à proteção das características sexuais de cada pessoa. *Diário da República*, 1.ª série, n.º 151, 3819–3823.

Luz, R., Pegado, A., Godinho, C., Pereira, C., & Alvarez, M. J. (2023). Multiple casual sex scripts: Shared beliefs about behavior among Portuguese emerging adults. *International Journal of Sexual Health, 35*(1), 105–122. https://doi.org/10.1080/19317611.2023.2172512

Mackenzie, C., & Stoljar, N. (2000). Introduction: Autonomy refigured. In C. Mackenzie & N. Stoljar (Eds.), *Relational autonomy: Feminist perspectives on autonomy, agency, and the social self* (pp. 3–31). Oxford University Press. https://doi.org/10.1093/oso/9780195123333.003.0001

Mengzhen, L., Berezina, E., & Benjamin, J. (2024). Insights into young adults' views on long-term and short-term romantic relationships in the United Kingdom. *Sexuality & Culture, 28*(4), 1407–1423. https://doi.org/10.1007/s12119-023-10183-y

Meyer, I. H. (2003). Prejudice, social stress, and mental health in lesbian, gay, and bisexual populations: Conceptual issues and research evidence. *Psychological Bulletin, 129*(5), 674–697. https://doi.org/10.1037/0033-2909.129.5.674

Mohd Kamal, N., & Wan Afandi, W. N. H. (2023). A systematic literature review on consequences of social media on intimate relationships. *PaperASIA*, *39*(5b), 5–15. https://doi.org/10.59953/paperasia.v39i5(b).23

Moreno Marimón, M., & Sastre Vilarrasa, G. (2010). *Cómo construimos universos: Amor, cooperación y conflicto*. Gedisa.

Morgan, D. L. (1996). Focus groups. *Annual Review of Sociology*, *22*, 129–152. https://doi.org/10.1146/annurev.soc.22.1.129

Munshi, I., Basting, E. J., Dongarra, M., Harangozo, J., & Goncy, E. A. (2024). Emerging adult perceptions of costs and benefits of using information and communication technology in dating relationships. *Personal Relationships, 31*(3), 855–882. https://doi.org/10.1111/pere.12566

Narciso, I., & Ribeiro, M. T. (2009). *Olhares sobre a conjugalidade*. Coisas de ler.

Neves, S., & Correia, A. (2024). Dating violence in Portugal: How can it be handled in secondary schools and universities? *Frontiers in Global Women's Health, 5*, Article 1456595. https://doi.org/10.3389/fgwh.2024.1456595

Oláh, L. Sz., Kotowska, I. E., & Richter, R. (2018). The new roles of men and women and implications for families and societies. In G. Doblhammer & J. Gumà (Eds.), *A demographic perspective on gender, family and health in Europe* (pp. 41–64). Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-319-72356-3_4

Ragavan, M., Randell, K. A., & Miller, E. (2025). Relationship abuse in adolescence and young adulthood. In C. Mitchell, E. Miller, B. McCaw, & K. A. Alexander (Eds.), *Intimate partner violence: A health-based perspective* (2nd ed., pp. 649–670). Oxford University Press. https://doi.org/10.1093/oso/9780197758991.003.0023

Righetti, F., Faure, R., Zoppolat, G., Meltzer, A., & McNulty, J. K. (2022). Factors that contribute to the maintenance or decline of relationship satisfaction. *Nature Reviews Psychology, 1*(3), 161–173. https://doi.org/10.1038/s44159-022-00026-2

Robles, R., Real, T., & Reed, G. (2021). Depathologizing sexual orientation and transgender identities in psychiatric classifications. *Consortium Psychiatricum, 2*(2), 45–53. https://doi.org/10.17816/CP61

Saraiva, L. M., & Matos, P. M. (2016). Becoming an adult in Portugal: Negotiating pathways between opportunities and constraints. In R. Žukauskienė (Ed.), *Emerging adulthood in a European context* (pp. 117–137). Routledge/Taylor & Francis Group.

Sharkey, J. A., Feather, J. S., & Goedeke, S. (2022). The current state of relationship science: A cross-disciplines review of key themes, theories, researchers and journals. *Journal of Social and Personal Relationships, 39*(4), 864–885. https://doi.org/10.1177/02654075211047638

Simões, R. B., Amaral, I., Flores, A. M. M., & Antunes, E. (2023). Scripted gender practices: Young adults' social media app uses in Portugal. *Social Media + Society*, *9*(3), 1–11. https://doi.org/10.1177/20563051231196561

Šutić, L., Jelić, M., & Krnić, A. (2022). Is dating dead? Modern dating among emerging adults in Croatia. *Revija za Sociologiju, 52*(3), 359–386. https://doi.org/10.5613/rzs.52.3.4

Tarriño-Concejero, L., Cerejo, D., Arnedillo-Sánchez, S., Praena-Fernández, J. M., & García-Carpintero Muñoz, M. Á. (2024). Cross-cultural adaptation and validation of the Portuguese version of the Multidimensional Scale of Dating Violence 2.0 in young university students. *Healthcare*, *12*(7), Article 759. https://doi.org/10.3390/healthcare12070759

Testa, R. J., Habarth, J., Peta, J., Balsam, K., & Bockting, W. (2015). Development of the gender minority stress and resilience measure. *Psychology of Sexual Orientation and Gender Diversity, 2*(1), 65–77. https://doi.org/10.1037/sgd0000081

Tillman, K. H., Brewster, K. L., & Holway, G. V. (2019). Sexual and romantic relationships in young adulthood. *Annual Review of Sociology*, *45*(1), 133–153. https://doi.org/10.1146/annurev-soc-073018-022625

União de Mulheres Alternativa e Resposta. (2025). *Violência no namoro em Portugal: Vitimação e conceções juvenis – 2025*. https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2025/02/INFO_GRAP_ARTTHMIS_2025.pdf

Wall, K., & Amâncio, L. (Eds.). (2007). *Família e género em Portugal e na Europa*. Imprensa de Ciências Sociais.

Watkins, N. K., Beckmeyer, J. J., & Jamison, T. B. (2024). Exploring the associations between being single, romantic importance, and positive well-being in young adulthood. *Family Relations*, *73*(1), 484–501. https://doi.org/10.1111/fare.12981

Williamson, H. C., Bornstein, J. X., Cantu, V., Ciftci, O., Farnish, K. A., & Schouweiler, M. T. (2022). How diverse are the samples used to study intimate relationships? A systematic review. *Journal of Social and Personal Relationships, 39*(4), 1087–1109. https://doi.org/10.1177/02654075211053849

Apêndices

Apêndice A

Guião de apoio à dinamização dos GDF

Representações sobre relações românticas

1. Quando pensam numa relação romântica, que sensações/ ideias/ sentimentos surgem?
   1.1. Como definiriam, por vossas palavras, uma relação romântica?
   1.2. O que mais valorizam numa relação romântica?

Relações românticas na atualidade

2. Como comparam as relações românticas da atualidade com as relações românticas das gerações anteriores (por exemplo, dos vossos pais ou avós)?
   2.1. O que vos parece mais importante ou diferente nas relações de hoje? E o que vos parece semelhante?
3. Como sentem essas mudanças? O que têm a dizer sobre elas?

Fatores explicativos das mudanças percebidas/sentidas

4. O que consideram que pode ter contribuído para as mudanças referidas?

Questões adicionais direcionadas a temas que podem aparecer:

4.1. Que papel acreditam que as novas tecnologias desempenham na vivência das relações românticas, hoje em dia? (por exemplo, as redes sociais - experiências de rejeição, vivência da intimidade e do compromisso, sentimentos de (des)confiança?)

4.2. Que prioridades e/ou expectativas têm as pessoas nas relações, hoje em dia? (por exemplo, exclusividade, compromisso, papéis de género)

4.3. Que papel podem ter as mudanças na sociedade?

Potencialidades e desafios das mudanças percebidas

5. Quais os maiores desafios nas relações românticas de hoje?
6. E as maiores potencialidades/oportunidades?
7. Acreditam que diferentes grupos sociais possam viver de forma diferente essas oportunidades e desafios? De que maneira?

Outras partilhas

8. Há mais alguma partilha ou comentário que gostariam de fazer?

Apêndice B

Questionário sociodemográfico

1. Nome pelo qual gosta de ser chamada/o/e: _____
2. Idade: _____
3. Género:
    - ☐ Feminino
    - ☐ Masculino
    - ☐ Não-binário
    - ☐ Prefiro não dizer
    - ☐ Outro: _____
4. Orientação sexual:
    - ☐ Homossexual
    - ☐ Heterossexual
    - ☐ Bissexual
    - ☐ Pansexual
    - ☐ Assexual
    - ☐ Prefiro não dizer
    - ☐ Outra: _____
5. Nacionalidade: _____
6. País de residência: _____
    - ☐ Desde: _____
7. Educação:
    - ☐ Não completei ensino secundário
    - ☐ Ensino secundário
    - ☐ Curso técnico ou equivalente
    - ☐ Licenciatura ou equivalente
    - ☐ Mestrado ou equivalente
    - ☐ Doutoramento ou equivalente
8. Estatuto profissional:
    - ☐ Pessoa empregada a tempo integral
    - ☐ Pessoa empregada a tempo parcial
    - ☐ Pessoa desempregada

- Pessoa estudante
- Pessoa trabalhadora-estudante
- Outro: _____

9. Com quem vive atualmente?
   - Sozinha/o/e
   - Com pessoa parceira
   - Com pais/família
   - Com pessoas amigas
   - Com colegas de casa
   - Outro: _____
10. Estado de relacionamento:
    - Solteira/o/e
      - Desde/Há (dias, semanas, meses e/ou anos): _____
    - Numa relação romântica
      - Desde/Há (dias, semanas, meses e/ou anos): _____
    - Casada/o/e
      - Desde/Há (dias, semanas, meses e/ou anos): _____

11. Se está numa relação, como a descreve, em poucas palavras?

_____

Apêndice C

Caracterização das pessoas participantes e das suas relações românticas

Tabela C1

Caracterização das pessoas participantes

PP	Género	Idade	Orientação sexual	Em Portugal desde	Educação	Estatuto profissional	Área estudo/trabalho	Com quem vive	Estado de relacionamento	Desde
1	F	22	Heterossexual	Nascimento	Licenciatura	Pessoa trabalhadora-estudante	Ciência de Dados	Colegas de casa	Relação romântica	2021
2	F	22	Heterossexual	Nascimento	Ensino Secundário	Pessoa estudante	Medicina	Residência Universitária	Relação romântica	2025
3	F	23	Heterossexual	Nascimento	Licenciatura	Pessoa estudante	Psicologia	Colegas de casa	Relação romântica	2025
4	NB	22	Homossexual	Nascimento	Licenciatura	Pessoa estudante	Psicologia	Familiares	Relação romântica	2023
5	M	29	Homossexual	Nascimento	Ensino Secundário	Pessoa empregada tempo integral	Design	Pessoa parceira	Relação romântica	2022
6	F	19	Heterossexual	Nascimento	Ensino Secundário	Pessoa estudante	Engenharia Civil	Irmão	Relação romântica	2024
7	M	23	Heterossexual	Nascimento	Mestrado	Pessoa empregada tempo parcial	Física/Ensino	Pessoas amigas	Relação romântica	2023
8	F	23	Heterossexual	Nascimento	Licenciatura	Pessoa trabalhadora-estudante	Psicologia	Mãe e irmão	Relação romântica	2023
9	F	26	Bissexual	Nascimento	Licenciatura	Pessoa estudante	Psicologia	Pais	Solteira	–
10	M	23	Heterossexual	Nascimento	Curso Técnico	Pessoa empregada tempo integral	Desporto	Pais	Relação romântica	2023
11	M	26	Homossexual	Nascimento	Ensino Secundário	Pessoa empregada tempo integral	Turismo	Pessoa parceira	Relação romântica	2023
12	M	26	Pansexual	Nascimento	Curso Técnico	Pessoa empregada tempo integral	Operador de Loja	Pessoa parceira	Relação romântica	2021
13	M	22	Heterossexual	2021	Licenciatura	Pessoa estudante	Engenharia Civil	Sozinho	Relação romântica	2021
14	F	23	Bissexual	Nascimento	Licenciatura	Pessoa estudante	Psicologia	Colegas de casa	Relação romântica	2022
15	F	22	Heterossexual	Nascimento	Licenciatura	Pessoa estudante	Psicologia	Pai e avó	Relação romântica	2023

Nota. PP = pessoa participante; F = feminino; M = masculino; NB = não binário; – = não aplicável.

Tabela C2

Caracterização das próprias relações românticas pelas pessoas participantes

PP	Caracterização das próprias relações românticas
1	Relação monogâmica, fechada. Com compromisso a longo prazo
2	Relação à distância. Amor forte que cresce e fortalece a cada obstáculo e dia que passa
3	Cumplicidade, íntima, amizade, apoio mútuo, confiança e segurança
4	Uma componente essencial da minha vida. Pautada pelo respeito mútuo e por uma forte sensação de conexão e amor/cuidado com a minha parceira
5	É uma partilha constante da escolha da nossa felicidade, das nossas conquistas, da criação dos nossos sonhos e acima de tudo da celebração do nosso amor todos os dias que acordamos lado a lado e dizemos "bom dia amor"
6	Estável, completa, sem aparatos
7	Uma relação muito boa, em que nos complementamos e ajudamos mutuamente com muito foco na comunicação e transparência emocional
8	Uma relação próxima e sólida, muito importante e especial para mim, onde me sinto apoiada, valorizada, emocionalmente segura e com espaço para ser eu própria
9	–
10	Para mim, uma relação é ter alguém em quem confiar e sermos livres de ser quem somos, sendo amados por isso
11	Empático, carismático e uma pessoa como quem posso ser eu mesmo a 100% livre de julgamentos
12	Companheirismo, cumplicidade e amor
13	Bonita, duradoura e consistente
14	Feliz e equilibrada
15	Estável, carinhosa, companheirismo, boa comunicação, apoio mútuo, interesse, divertida

Nota. PP = pessoa participante; – = não aplicável.

Apêndice D

Parecer favorável da Comissão de Ética da FPCEUP

U.PORTO
FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE DO PORTO

COMISSÃO DE ÉTICA

PARECER (Ref.ª 2026-01-04)

A Comissão de Ética (CdE) da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, tendo apreciado os documentos do projeto de investigação denominado **"Relações Românticas- representações, experiências e significados de pessoas jovens adultas em Portugal",** submetidos para apreciação ética por **Ana Beatriz Magalhães Nunes** e com orientação da **Profª Doutora Cidália Duarte,** na reunião nº 01/CdE/2026, de 14 de janeiro, emitiu um **Parecer Favorável** à realização da pesquisa.

A Cd'E recomenda:

1. Garantir que os contactos dos/das participantes serão mantidos à parte dos dados recolhidos.
2. Prever formas de devolução dos resultados globais em linguagem acessível aos/às participantes, sem necessitar que haja um pedido individual, evitando a identificação dos/das participantes através do email.
3. Assegurar que o Anexo B não é partilhado com os/as participantes

Parecer favorável
A CdE é favorável à realização do projeto tal como apresentado.

FPCEUP, 30 de janeiro de 2026

Pel'o Presidente da CdE,

Prof. Doutor Rui Alexandre Alves

Rua Alfredo Allen – 4200-135 – Porto – Portugal - TEL.: 351 226079700 – FAX: 351 226079725 –URL: www.fpce.up.pt

Apêndice E

Consentimento informado, livre e esclarecido

Introdução e contexto: Convidamos pessoas jovens adultas a participar no estudo Relações Românticas: Representações, Experiências e Significados de Pessoas Jovens Adultas em Portugal (título provisório), desenvolvido no âmbito do Mestrado em Psicologia, pela estudante Ana Beatriz Magalhães Nunes e pela Professora Doutora Cidália Neves Duarte, na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Objetivos: Este projeto de investigação propõe, através de uma metodologia qualitativa, aceder à subjetividade das representações, experiências e significados de pessoas jovens adultas acerca das relações românticas, na atualidade, em Portugal.

Elegibilidade: Poderão participar pessoas com idades compreendidas entre os 18 e os 29 anos de idade, a residir em Portugal há pelo menos um ano e com fluência na Língua Portuguesa.

Procedimentos: A sua colaboração neste estudo envolve a participação num grupo de discussão focalizada, composto por 6 a 10 pessoas, com uma duração máxima de 90 minutos, que será moderado pela investigadora do projeto. Este grupo de discussão decorrerá, idealmente, de modo presencial, ou, por indisponibilidade das pessoas participantes, *online*, na plataforma *Zoom*. Será gravado em formato áudio. Ser-lhe-ão também pedidos alguns dados sociodemográficos. A sua confidencialidade estará sempre totalmente garantida.

Riscos e benefícios: A ativação de memórias que poderão acarretar sofrimento é um dos possíveis riscos. No entanto, este risco poderá ser minimizado pela possibilidade de a pessoa participante recusar responder/abordar qualquer tópico, a qualquer momento da discussão.

Pagamento ou compensação: O estudo não tem financiamento ou retorno financeiro.

Participação voluntária: A participação neste estudo é totalmente voluntária. É livre de recusar participar ou de desistir do estudo a qualquer momento.

Recolha dos dados: Os dados serão recolhidos durante o ano letivo 2025/2026.

Confidencialidade: As suas respostas são totalmente confidenciais. Os dados recolhidos não serão analisados individualmente, mas de forma agregada, ou seja, no conjunto das respostas dadas por todas as pessoas que participam no estudo. Os seus direitos de acesso, retificação

e/ou pedido de esquecimento relativos às suas respostas deixarão de existir após a eliminação das gravações.

Responsável pelo tratamento e proteção dos dados: O elemento responsável pelo tratamento e proteção dos dados recolhidos é a estudante Ana Beatriz Magalhães Nunes. A investigadora compromete-se a assegurar a confidencialidade das suas respostas e a proteger os seus dados pessoais, respeitando as normas e orientações nacionais e europeias aplicáveis ao seu tratamento e armazenamento.

Armazenamento e tratamento dos dados: As suas respostas serão transcritas e armazenadas. Durante o processo de transcrição, os dados serão anonimizados. As gravações serão armazenadas e conservadas apenas pelo período necessário para realizar a sua transcrição, sendo posteriormente eliminadas.

Finalidade do tratamento de dados e disseminação dos resultados: A recolha e tratamento de dados é exclusivamente para fins de investigação científica. Os resultados do estudo poderão ser publicados em revistas científicas e jornais académicos, ou apresentados em seminários, conferências, aulas ou outras atividades académicas, nos quais serão apenas mencionados os resultados de forma agregada.

Contactos: Para esclarecer qualquer questão acerca do estudo e/ou receber os resultados do mesmo, poderá contactar a investigadora através do email up202107111@fpce.up.pt.

Declaro que tenho 18 anos ou mais, que li e compreendi as informações acima, e que aceito participar de livre vontade neste estudo.

- ☐ Sim
- ☐ Não

Autorizo a recolha, tratamento e armazenamento dos dados pessoais acima identificados para o fim a que se destinam – investigação científica.

- ☐ Sim
- ☐ Não

Estou de acordo com o modo de disseminação dos resultados.

- ☐ Sim
- ☐ Não

Eu,_____, aceito participar de livre vontade no estudo Relações Românticas: Representações, Experiências e Significados de Pessoas Jovens Adultas em Portugal, desenvolvido no âmbito da Dissertação de Mestrado da investigadora Ana Beatriz Magalhães Nunes (FPCEUP).

Foram-me explicados e compreendo os objetivos principais deste estudo, pelo que aceito participar num grupo de discussão focalizada moderado pela investigadora do projeto. Com a minha participação estou a colaborar para o acesso às representações, experiências e significados subjetivos das pessoas jovens adultas acerca das relações românticas, num país em que a literatura nesse âmbito ainda é escassa.

Tomei ainda conhecimento de que o grupo de discussão decorrerá presencialmente ou *online*, na plataforma *Zoom*, e que será gravado em formato áudio.

Compreendo que a minha participação neste estudo é voluntária, podendo desistir a qualquer momento, sem que essa decisão se reflita em qualquer prejuízo para mim.
Entendo, ainda, que toda a informação obtida neste estudo será estritamente confidencial e que a minha identidade nunca será revelada em qualquer relatório ou publicação.

Em suma, declaro que entendi os objetivos da minha participação e concordo, voluntariamente, participar nesta investigação.

Nome _____
Assinatura _____
Data ___/___/_____

FACULDADE DE **PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**